

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 1
Janeiro/Junho 2014
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

| | | | | | |
|------------------------|----------------|-------|------|-----------|--------------|
| Revista Praia Vermelha | Rio de Janeiro | v. 24 | n. 1 | p. 01-288 | Jan/Jun 2014 |
|------------------------|----------------|-------|------|-----------|--------------|

Megaeventos: novo passo da especulação imobiliária, nova página do conflito urbano brasileiro

Guilherme Simões

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar o maior fortalecimento da especulação imobiliária e indústria da construção civil como consequência da realização de megaeventos como a Copa do Mundo no Brasil. A exemplo de experiências de países como África do Sul e China que guardam semelhanças do ponto de vista econômico com o Brasil, temos como reflexo necessário do avanço desses setores o agravamento da segregação territorial e social características da urbanização brasileira por meio principalmente de despejos e remoções forçadas das populações mais pobres que podem ser averiguados por meio do acompanhamento, principalmente dos movimentos sociais envolvidos. Com esse processo contraditório surge a possibilidade de avanço das lutas sociais que enfrentam essa dinâmica, a exemplo do fortalecimento de movimentos populares como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

PALAVRAS-CHAVE

Megaeventos.

Impactos.

Capital imobiliário.

MTST.

Recebido em 30/04/14.

Aprovado em 03/09/14.

Mega events: New step on property speculation, another page on Brazil's urban conflicts

This article seeks to demonstrate the rise of capital accumulation through real-estate activity booms and construction industry as a consequence of the realization of Mega Events like World Cup in Brazil. Similar to the experiences in countries like South Africa and China, which have economic aspects in common with Brazil, we have, as a necessary reflex of these sectors advance, the development of social and territorial segregation (typical of Brazilian urbanization) through the removals of the poorest population, that can be better seen by the sight of the involved social movements. Within this contradictory process, emerges the possibility of the advance of social struggle that combats this dynamic, demonstrated by the recent strengthening of popular movements like MTST (Roofless Workers Social Movement).

KEYWORDS Megaevents. Impacts. Real-estate capital. MTST.

| | | | | | |
|------------------------|----------------|-------|------|------------|---------------|
| Revista Praia Vermelha | Rio de Janeiro | v. 24 | n. 1 | p. 167-187 | Jan/June 2014 |
|------------------------|----------------|-------|------|------------|---------------|

Introdução

Tratando-se de uma sociedade capitalista global, a realização de um grande evento, seja esportivo ou não mobiliza sempre muitas questões. O público-alvo, a movimentação de pessoas e mercadorias, a lucratividade, as condições para a realização do evento em si, o intercâmbio cultural e mercadológico e, finalmente, seus impactos e legados para a cidade que o recebe. Também não parece novidade que há uma diferença qualitativa entre realizar eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas em países do centro capitalista e os de sua periferia, como é o caso do Brasil.

Esse artigo tem como objetivo trazer à tona algumas dessas particularidades no que diz respeito à estrutura urbana tardia, os investimentos estatais para a realização de um evento privado (característica das economias dependentes), os impactos diretos na vida dos trabalhadores, especialmente os despejos e remoções forçadas e as lutas de resistência e organização de enfrentamento contra a lógica e a atividade da especulação imobiliária, sustentáculo da cidade do capital no Brasil. Pelo fato de ser um fenômeno recente e, por isso, ainda não haver grande acúmulo de pesquisas científicas sobre o tema dos megaeventos e seus impactos, retiramos parte significativa das informações apresentadas de periódicos como jornais e sites de internet, assim como nos utilizamos de dados informados por organizações da sociedade civil, tais como movimentos sociais. Para contribuir com uma análise relacional, traremos alguns dados e informações de megaeventos na África do Sul e China. Muito embora a comparação entre esses países, suas economias e suas particularidades não seja o foco deste trabalho, trazer à vista os legados nesses países nos ajuda a entender o que deve se passar em nosso país assim que as luzes do espetáculo se apagarem.

1. A urbanização tardia e o Brasil dos megaeventos

Partimos do pressuposto de que a economia brasileira é dependente, ou seja, estabeleceu-se de maneira a se subordinar à dinâmica da divisão internacional do trabalho que tem como centro países europeus e os Estados Unidos. Nessa medida, as relações de produção daqui foram criadas para reproduzir e assegurar a dependência. Ora, é inegável que para a realização da moderna indústria capitalista urbana foi estritamente necessário uma oferta mundial de alimentos, disponibilizada pela América Latina que, por sua vez, tornou-se também um importante mercado consumidor de mercadorias industrializadas, completando assim o ciclo que nos inseriu no sistema mundial. No Brasil, os setores hegemônicos da sociedade estiveram ligados desde a colonização até meados do século XX predominantemente à oligarquia latifundiária. E mesmo com a modernização ocorrida tardiamente em relação à Europa e EUA, a burguesia daqui não pôde (não quis, não precisou) se desvencilhar de sua antecedência. Nosso capitalismo é marcado pela aparente contradição que peca contra a lógica formal: um país atrasado em um mundo em pleno desenvolvimento; um inaceitável “subdesenvolvimento” no século do progresso... Ao mesmo tempo em que a pressão modernizadora se amplia de fora pra dentro, as elites internas só podiam manter sua hegemonia por meio do “caráter autocrático da dominação burguesa” (ainda que houvessem diferenças entre os interesses dessas elites), já que tais contradições passam a viabilizar também a emergência de conflitos “de baixo pra cima” (Fernandes, 2006, p.244). Vale dizer que essa possibilidade foi historicamente combatida e negada e que a burguesia adaptou-se sem grandes solavancos à necessária transição do modelo colonial escravista para o mundo do livre mercado. Fundir o velho e o novo foi a tarefa originária da classe burguesa brasileira.

Sob esse marco, a industrialização brasileira, ocorrida de maneira definitiva a partir dos anos 1950, ou seja, tardiamente em relação à industrialização europeia, segue as exigências da indústria e mercado mundial, forjando um cenário urbano que se consolidará décadas mais tarde. De acordo com a dinâmica capitalista expressa por Engels (1975) a concentração de capital demanda também a concentração de trabalhadores, elemento fundamental da produção de valor e, portanto, da reprodução do capital. Isso significa nada menos que o desenvolvimento da contradição fundamental do capitalismo, qual seja entre capital e trabalho. Em São Paulo essa contradição é caracterizada por uma profunda segregação territorial levada a

cabo pelo Estado através dos seus seguidos governos (especialmente no período da ditadura militar) no sentido de garantir a lucratividade para as empresas que lá se instalaram, especialmente as de capital produtivo. Essa demanda exigia também a construção de uma rede de infraestrutura que possibilitasse a circulação de mercadorias, das quais a força de trabalho é parte. Nesse sentido, o Estado garante essa infraestrutura para a ampliação da indústria; gera os bens de consumo coletivo estritamente necessários à reprodução da força de trabalho e, por fim, garante a ordem e o controle social com a contenção de movimentos reivindicatórios. Parceria fundamental entre Estado e iniciativa privada para a urbanização, ao mesmo tempo em que se empreende uma profunda espoliação urbana¹. Entretanto, com o rápido crescimento da vida social na cidade, o local de moradia dos trabalhadores tornava-se cada vez mais parte da assim chamada questão social². Sabe-se que dado o seu caráter estrutural, a “questão social” afeta a vida dos sujeitos em suas demandas mais básicas de sobrevivência, expressando um complexo de contradições inaugurado e desenvolvido no capitalismo, uma vez que nessa sociedade a produção da riqueza é coletiva, mas sua apropriação é privada.

As vilas operárias, característica da “solução” habitacional do período (meados de século XX) já não podiam dar as respostas necessárias ao déficit de moradias, isso tanto pela quantidade de operários atraídos pelo desenvolvimento econômico quanto pela valorização cada vez maior dos terrenos disponíveis. Este movimento fica evidenciado com a configuração da cidade e o crescimento de sua periferia. A cidade conforma as necessidades do capital, por isso, a especulação imobiliária, uma atividade extremamente lucrativa, beneficiou-se e constituiu-se como “sujeito” do crescimento e segregação social nas metrópoles, tornando-se parte orgânica de um dos braços mais robustos do capitalismo dependente: a construção civil. Assim, o mercado imobiliário passa a determinar o crescimento

1 somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59)

2 A expressão “questão social” utilizada a partir do século XIX, surge para nomear o fenômeno do pauperismo que acompanha o desenvolvimento capitalista na Europa da revolução industrial. Como resultado do desenvolvimento do capitalismo industrial, a pauperização da população trabalhadora crescia na mesma proporção em que aumentava a produção de riquezas. (NETTO, 2001, p.42)

da cidade, se apropriando de imensas áreas em volta do centro e “liberando” áreas periféricas para os mais pobres, o que também não é a esmola: sabe-se que tendo onde morar (mesmo com imensa precariedade), o trabalhador não receberá parte de seu salário que seria investido em habitação, isto é, essa dinâmica também rebaixa os salários, aumenta a exploração do trabalho e, por conseguinte, os lucros.

Ademais, é preciso ter sempre em mente que o modelo de acumulação capitalista tardio e dependente – que tem como característica estimular grandes intervenções urbanas financiadas pelo Estado em favor do capital – prevê a exploração intensiva das atividades que possam proporcionar boas taxas de lucro sem riscos. Assim se deu com a construção de moradias em série, considerando o apelo para a solução do déficit habitacional. O BNH (Banco Nacional de Habitação) que chegou a construir mais de um milhão de moradias foi criado justamente pra isso. Entretanto, o financiamento dessa “política habitacional” era quase exclusivo para trabalhadores de renda média e alta, cerca de 80%, isto é, o foco não era habitacional, mas voltado para a indústria da construção civil. (Kowarick, 1975; Boulos, 2014).

Já nos anos 2000, novamente auxiliada pelo Estado, dessa vez sob égide do governo do PT (primeiro com Luiz Inácio Lula da Silva e depois com Dilma Rousseff), a indústria da construção civil e, por consequência, a especulação imobiliária ganham grandes investimentos. Pacotes econômicos planejados pelo governo federal socorrem a construção civil em pleno período mais agudo de crise. Em 2009, após o anúncio do “Minha Casa Minha Vida”, as ações de várias construtoras puxam a alta da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Sobre isso, o jornal “O Globo” não poderia ser mais claro:

O ano de 2009 se aproxima do fim e é hora de fazer as contas. Quem olha para trás e ignora o que aconteceu antes de janeiro nem acredita que vivemos “a pior crise desde 1929”, como tanto se afirmou. Faltando apenas seis pregões para o investidor estourar o champanhe, o Índice Bovespa (Ibovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), deve encerrar o ano com alta de cerca de 80% (77,88% até sexta-feira). (...) o grande vencedor foi o setor da construção civil, cujas ações sobem, em média, 204%.
O Globo on line. Rio de Janeiro, 20 dez., 2009. Economia.

Ora, a escolha do Brasil como sede de megaeventos como a Copa do Mundo ou Olimpíadas não poderia se dar de maneira alheia a essa dinâmica. Sabe-se que os promotores desses eventos são empresas privadas de

variados ramos (turismo, entretenimento, alimentos, etc.) que não visam nada menos que um evento lucrativo. Parece evidente que para que isso se viabilize sejam necessárias intervenções urbanas que não podem ocorrer sem gerar um grande impacto social, na medida em que alteram o cotidiano da cidade e, por conseguinte, de toda a população, especialmente os trabalhadores. Repõe-se de maneira mais intensa um conflito que não é inédito, mas antes é fundador da cidade: a avidez da multiplicação dos lucros *versus* a vida cotidiana e a sobrevivência de uma imensa massa de pessoas que vivem na cidade.

No Brasil, todas as cidades-sede sofreram e, mesmo passado o período, sofrerão importantes impactos por conta da realização da Copa do Mundo de 2014. Mais adiante traremos alguns exemplos. Por ora destacaremos Itaquera, bairro periférico da Zona Leste de São Paulo que sediou seis jogos da Copa do Mundo 2014, entre eles, a concorrida abertura do mundial de futebol. Naquele bairro foi construída a obra da arena que abrigou os jogos. Além do fato de ser um empreendimento privado (uma parceria entre a gigante da construção civil e pesada Odebrecht e o Sport Club Corinthians Paulista) financiado quase que inteiramente com dinheiro público, sendo R\$ 400 milhões emprestados pelo BNDES e mais R\$ 420 milhões em CIDs (Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento) dos governos estadual e municipal de São Paulo, está em curso um rápido e atabalhoado processo de mudanças naquela região, algumas das quais veremos a seguir.

Vale ressaltar que Itaquera é uma região periférica que vem recebendo “incentivos econômicos” e se tornando uma espécie de fronteira urbana. Ainda nos anos de 1970, o bairro tinha pouca infraestrutura urbana. Sua população era composta de operários e trabalhadores assalariados no comércio e no setor de serviços. Grande parte dessa população pagava em parcelas a perder de vista o sonho de morar. Terrenos vazios eram produtos da especulação imobiliária e conviviam com ruas de terra e muita precariedade. Seguindo a lógica de valorizar áreas centrais e expulsar os mais pobres para a periferia, o governo municipal inicia a construção das Cohabs nos anos de 1980, causando grande explosão demográfica no bairro. Esse processo se agravou com a chegada do metrô, obra que gera grande valorização dos terrenos mais próximos e também exige moradores com maior poder de consumo. Para se ter uma ideia, a implantação do canteiro de obras do Metrô dobrou o preço dos terrenos, em média. Estavam dadas

as bases para uma constante valorização fundiária que iria transformar definitivamente o bairro: de uma região periférica quase inútil para a especulação imobiliária e empreendimentos privados, Itaquera passa a ser objeto de investimentos altamente lucrativos. Se bem que ainda preservava um inconveniente para essa lógica: um grande número de trabalhadores pobres e de moradias precárias.

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária (KOWARICK, 1979, p.82)

A escolha de Itaquera como sede da Copa do Mundo abre um novo momento desse processo. Dezenas de obras de infraestrutura já foram feitas ou estão em andamento. Nem é preciso muito esforço para entender que

do ponto de vista urbanístico, os investimentos na região novamente priorizarão a lógica individualista expressa nas vias para automóveis, fundamentalmente ligando o estádio ao aeroporto. Para além da propaganda, essas obras em nada resolverão os problemas estruturais do bairro. Itaquera, assim como toda a zona leste, precisa de mais linhas de metrô, mas isso não foi levado em consideração pelos governantes. (TIARAJU, 2013)

Obras como a duplicação de um trecho da avenida Radial Leste e a construção de um dos chamados parques lineares demandam o despejo de milhares de famílias. Os dados nunca são precisos. Tiaraju, estudante da USP e morador de Itaquera fala em 4.500 famílias faveladas que perderam ou perderão suas moradias por conta das obras. Entretanto, os impactos desse movimento insaciável do capital vão muito além do período do evento. Vejamos uma pequena amostra:

Segundo matéria do site de notícias UOL assinada por Tiago Dantas, a Prefeitura de São Paulo recebeu “doação” de uma área da empresa Itaquera Desenvolvimento Imobiliário após pagar R\$ 1,8 milhões pela desapropriação de outra área da empresa. Nessas áreas serão construídas um “Pólo Institucional” (complexo de construções comerciais e institucionais) e duas novas avenidas. O Complexo Viário Itaquera deveria ser entregue em abril de 2014, segundo previsão da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A), responsável pelos serviços, o que ainda não ocorreu.

O projeto prevê, entre outras intervenções, uma ligação entre as avenidas Itaquera e José Pinheiro Borges, prolongamento da Avenida Miguel Inácio Cury e a ligação do complexo à Avenida Jacu-Pêssego. Além de beneficiar o tráfego de veículos dentro do bairro, o complexo viário de Itaquera facilitará o acesso ao novo estádio do Corinthians. (DANTAS, 2013)

Importante ressaltar que: a incorporadora Itaquera Desenvolvimento Imobiliário condicionou a doação da área à desapropriação de outra; o tamanho total das áreas adquiridas pela prefeitura é de 13,4 mil m², ou 6,5% do total de áreas de propriedade da empresa; o acordo se deu pela notória e extrema valorização que essas outras áreas terão em um futuro muito breve.

Enquanto isso a valorização dos terrenos é crescente. Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci-SP) um imóvel usado no bairro da Copa teve aumento de 54,36% em seis meses, entre janeiro e julho de 2012. Portanto mais de dois anos antes do evento, a construção do estádio que sediou jogos da Copa em 2014, em São Paulo, já teve impacto no mercado imobiliário do bairro de Itaquera. Durante esse período, para se ter uma ideia, o valor do metro quadrado (m²) de casas de dois dormitórios saltou de R\$ 2.272,66 para R\$ 3.508,06. Considerando todos os elementos da pesquisa, a valorização do entorno chegava a cerca de 40%. O presidente do Creci-SP José Augusto Viana Neto em entrevista ao site www.monitormercantil.com.br em novembro de 2012 comemora: “As pessoas sabem que a região vai receber obras de infra-estrutura e melhorias urbanas e isso acaba provocando uma antecipação da valorização futura dos imóveis”. Dados do índice zap/FIPE mostram valorização de mais de mais de 160% para compra de imóveis entre 2008 e 2014, bem como a de quase 100% para aluguéis entre 2010 e 2014. De posse desses dados, não é necessário ser *expert* em economia para entender que o bom andamento dos negócios do setor imobiliário signifique, em outro pólo, que milhares de moradores daquele bairro saiam e procurem outras localidades com preços acessíveis à sua renda. Locais evidentemente mais longínquos e precários.

É certo que para garantir os interesses envolvidos nos megaeventos, uma das consequências necessárias é a remoção de milhares de famílias de seus locais de moradia. Entretanto, há uma grande imprecisão quanto

aos dados oficiais a respeito desse tema. Por isso, optamos por utilizar informações de organizações da sociedade civil, especialmente aquelas que representam as famílias afetadas e também de estudos realizados sobre o assunto.

Em agosto de 2011, a Resistência Urbana - Frente Nacional de Movimentos, formada por movimentos populares urbanos, realiza uma ocupação no Ministério do Esporte, em Brasília. Como pautas de reivindicações estavam a imediata paralisação dos despejos e remoções forçadas sem negociação com as famílias, bem como o acompanhamento das obras pelos movimentos organizados. Segundo a ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa), entidade que aglutina movimentos sociais, ong's e outros grupos e indivíduos que se identificam de maneira precisa como "atingidos pela Copa", são cerca de 170 mil despejos em andamento nas cidades-sede. Já para o Observatório das Metrópoles, instituto de pesquisa ligado à UFRJ, serão ao todo cerca de 200 mil remoções. Alguns exemplos são conhecidos por sua repercussão midiática, como é o caso da comunidade Metrô Mangueira na zona norte do Rio de Janeiro, removida violentamente para dar lugar a um estacionamento. Entretanto, muitos outros despejos estão sendo realizados sem alarde. Quando se fala em 170 ou 200 mil despejos, vale dizer, eles não serão executados todos de uma só vez e nem no mesmo lugar, além do que a já conhecida parcialidade da grande imprensa brasileira não dá destaque para esse tipo de acontecimento. Entre os vários casos relatados pelos Comitês Populares da Copa e os diversos movimentos populares, emerge um padrão de abrangência nacional. As ações governamentais são, em sua maioria, comandadas pelo poder público municipal com o apoio das instâncias estaduais e, em alguns casos, federais. O objetivo é quase óbvio: limpar a área para os empreendimentos lucrativos e valorizar o entorno. Como justificativa pública, a melhoria da mobilidade urbana e também de qualidade de vida para as famílias removidas, quase sempre alimentadas com promessas de conjuntos habitacionais que ainda não foram construídos³.

3 Importante ressaltar que a especulação imobiliária atua para além da realização dos megaeventos. O recente e trágico despejo da "Favela da Telerj" no Engenho Novo é um exemplo que demonstra isso: a região não será diretamente impactada pelo mundial, mas a propriedade da área é da gigante das telecomunicações Oi, que sustenta seu patrimônio apenas e tão somente para valorizá-lo por meio do parasitismo da especulação imobiliária.

Tanto a Ancop quanto os movimentos populares que atuam em regiões atingidas por obras da Copa tem relatos de despejos em praticamente todas as cidades-sede, porém com um grau de precisão sempre muito baixo por conta da escassez de informações. Mesmo assim, reproduzo alguns desses relatos a partir da Ancop e dos movimentos populares.

Em Porto Alegre: 9000 famílias removidas de suas casas para dar lugar a avenidas, aeroportos e projetos em geral, necessários a realização dos jogos. Prioritariamente na ampliação da pista do Aeroporto que circunda a Vila Dique (1.500 famílias) e a Vila Nazaré (1.600 famílias), no PISA – Projeto Integrado Sócio Ambiental (1.680 famílias), na Duplicação da Av. Tronco (1.500 famílias) e cerca de 2.000 famílias que ainda moram no entorno da nova Arena do Grêmio; Belo Horizonte: a ampliação do anel viário ameaça cerca de 3 mil famílias; Cuiabá: ao menos 700 famílias estão sendo despejadas (muitas sem nenhuma indenização) para obras do VLT, além disso cerca de 300 famílias ocuparam a Secopa e a sede do governo para impedir o despejo de uma área conhecida como Nova Canaã, também ameaçada de remoção forçada; Recife: centenas de famílias que moravam no Loteamento São Francisco, localizado muito próximo à Arena Pernambuco foram despejadas sem nenhuma assistência do poder público; outras centenas perderam suas casas para a obra do BRT Leste/Oeste e o Ramal Cidade da Copa, no Recife; Fortaleza: Mais de 3500 famílias serão removidas em função das obras de ampliação da Via Expressa e da construção do Ramal Parangaba/Mucuripe do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos); Curitiba: ao menos 250 famílias estão ameaçadas pelas obras de ampliação do aeroporto Afonso Pena; Natal: A construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, região metropolitana de Natal ameaça ao menos 350 famílias. Rio de Janeiro: mais de 20 mil famílias em 24 comunidades cariocas devem ser removidas de suas casas até 2016; São Paulo: ao menos 4500 famílias perderão ou estão ameaçadas de perder suas casas em Itaquera para a construção de obras no entorno da Arena Corinthians e em Guarulhos, cerca de 4000 famílias foram despejadas para as obras de ampliação do aeroporto internacional de Guarulhos⁴

4 Esses dados foram retirados do Dossiê “Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil” feito pela Ancop e também por informações obtidas diretamente por militantes da Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos da qual o autor é membro.

2. África do Sul e China: os impactos antes e para além do Brasil

Sabe-se que o Brasil forma, junto com Rússia, Índia, China e África do Sul, o grupo conhecido como BRICS, intitulado como as principais economias emergentes do mundo. Na verdade, tratam-se de países da periferia do capitalismo que não podem, por sua origem colonial e seu capitalismo tardio, desfrutar de uma industrialização plena, tampouco de uma exploração da força de trabalho completamente regulamentada. Nesses países, a exploração do trabalho reúne outras características como o menor valor da força de trabalho e a presença marcante do Estado como garantidor e mantenedor da economia de mercado. Em tempos de agudização da crise nos centros nada como grandes eventos na periferia que tragam a recuperação para os primeiros e os gastos para os últimos. Seja uma guerra ou uma Copa do Mundo.

A jornalista brasileira Laura Capriglione, visitou um alojamento de despejados por obras em Johannesburgo, a “próspera” e “emergente” capital sulafricana. Segue um trecho de seu artigo O “legado” da Copa na África do Sul:

entramos na escuridão do prédio, onde pelo menos 2.000 pessoas acotovelavam-se no chão, em um frio de 0°C. No lugar de colchões, papelão. O cheiro azedo de urina e suor, misturado a alguns restos de comida, criava uma atmosfera nauseante. Como faltasse espaço no chão, vários homens tinham de dormir nas escadarias do prédio. Mas os degraus estreitos não permitiam a acomodação na largura. O jeito era enrolar-se no cobertor fino e, como uma múmia, tentar se equilibrar – a cabeça em degraus mais altos, os pés nos mais baixos. Qualquer movimento em falso e o corpo escorregava; às vezes atropelando outro albergado no lugar. Cercados pela polícia, os sem-teto da Igreja Metodista eram os últimos remanescentes da “faxina” promovida pelo governo de modo a retirar da cidade-sede da Copa do Mundo, os milhares de sem-tetos que vivem nas ruas de Johannesburgo, principalmente no centro. (CAPRIGLIONE, 2010).

A professora Raquel Rolnik (FAU-USP) afirma que cerca de 20 mil famílias sulafricanas foram removidas por conta da realização da Copa do Mundo de 2010.⁵ Na Cidade do Cabo, outro importante centro urbano do país, por estar localizada numa região geopolítica e comercialmente

5 Raquel Rolnik foi relatora da ONU para direito à moradia.

estratégica, as obras, como não poderia deixar de ser, também deixaram seu legado. Moradores de rua do centro da cidade foram removidos para uma favela improvisada com contêineres de zinco, bem longe da vista dos aficionados por futebol. Conhecido como Cidade de latinha ou *Blikkiesdorp*, esse bairro (que pode ser considerado como um verdadeiro campo de concentração) reuniu cerca de três mil pessoas, que tiveram a promessa de construção de moradias definitivas. Tal promessa ainda não se realizou, mesmo quatro anos depois do mundial. A Copa do Mundo foi a chance de a cidade se ver livre dos pobres inconvenientes. Era para ser um abrigo provisório, enquanto se construíssem habitações dignas. Mas os pobres seguem no mesmo local, “morrendo de frio no inverno e assando no verão”, relata Capriglione. Vale dizer que a Cidade de latinha fica a cerca de 30 km do centro da Cidade do Cabo, onde foi construído o suntuoso estádio Green Point, com capacidade para 55 mil torcedores, ao custo de US\$ 600 milhões. Naquela região ergueu-se também um refinado centro comercial, bastante avesso à pobreza...

Já na China, de acordo com Ricardo Ricci Uvinha, articulista da revista *Motrivivência*, esse outro membro dos BRICS, por ocasião do Jogos Olímpicos em Pequim no ano de 2008, realizou dez mil obras de infraestrutura a partir de 2001. Nessa conta também estão estádios, hotéis, avenidas, restaurantes, entre outras edificações que criaram grande contraste com os templos e outras construções milenares daquele país. No transporte, o metrô recebeu mais de 87 quilômetros de vias, com seis novas linhas. Ao todo, estima-se que foram gastos em torno de US\$ 42 bilhões de dólares para essa edição dos Jogos. Segundo a ONG *Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE)*, 1,5 milhão de pessoas foram despejadas e 300 mil casas foram demolidas em Pequim para a realização de obras como o Ninho do Pássaro e o Cubo d'água. Novamente, os dados oficiais não são precisos, mas a valorização e o crescimento da especulação imobiliária nos territórios de Pequim foram notórios.

Para se ter uma ideia, no distrito de Qianmen, um dos mais antigos de Pequim, mesmo depois de a Comissão Municipal de Planejamento decretar um plano de conservação para proteger suas 25 áreas históricas na Cidade Velha de Pequim, novos “habitantes” foram aparecendo após o anúncio dos jogos olímpicos. Rolex, Prada, Starbucks, Nike, Adidas, Apple, etc. conviviam com as antigas estruturas e também com moradores que, aos milhares, deram lugar à obras turísticas e de estrutura para o me-

gaevento. Foi justamente em Qianmen que surgiram os principais protestos de moradores despejados pelas obras dos Jogos Olímpicos mais caros da história. Apesar de fazer parte do ambicioso projeto modernizador do gigante asiático e, por isso, ter gasto com muito mais melhorias do que a média mundial, as Olimpíadas de Pequim também deixaram um legado de segregação social e territorial típicos da urbanização monopolista.

No caso do Brasil, um dos principais impactos/legados da Copa do Mundo de 2014 foram os gastos bastante elevados com as obras ditas necessárias à realização do evento. Aeroportos, avenidas, trem, metrô, estádios, hotéis, portos, segurança pública, telecomunicações, etc. estão entre as demandas do mundial. Cerca de R\$ 26 bilhões foram gastos. De acordo com dados oficiais, boa parte foi financiada pelo governo federal (mais ou menos R\$ 8 bilhões em empréstimos), mas com a maior fatia, cerca de R\$ 14 bilhões, garantida pelo dinheiro público dos governos federal, distrital, estaduais ou municipais em investimentos diretos. A iniciativa privada gastou em torno de R\$ 4 bilhões resumidos a aeroportos (privatizados) e os estádios Arena da Baixada em Curitiba e Beira Rio em Porto Alegre (menos de R\$ 1 bilhão). Não houve nenhum investimento privado em obras públicas. Destaca-se o papel do estado brasileiro -e novamente sua marca de economia dependente- como abastecedor, não pontual mas estrutural, do capital privado.

3. O fortalecimento do capital imobiliário e a resistência popular

Uma das principais características dos chamados legados dos megaeventos é o “embelezamento” urbano que se traduz em vultosas cifras. Várias cidades que receberam esses eventos passaram a ser verdadeiros objetos de desejo de empresas dos mais variados ramos. Não há segredo. A resposta para essa atração é a possibilidade de lucrar mais ou ainda recuperar taxas de lucro. E isso não se dá apenas pela visibilidade que ganham as cidades ao promover essas grandiosas festas mundiais. Além desse fato óbvio e insuficiente para o ímpeto de lucratividade está a extraordinária valorização dos territórios nas cidades-sede. Ao construir enormes redes de infraestrutura (metrôs, avenidas, portos, aeroportos, túneis, hotéis, etc.) as cidades promovem outra festa: a da especulação imobiliária. Os territórios em volta dessas construções são valorizados, o que significa dizer que, por exemplo, atividades imobiliárias como o aluguel serão mais lucrativas dali em diante, o que já demonstramos com o caso de Itaquera. Mas não é só isso. A outra

faceta da especulação imobiliária é “criar” valor para outras atividades econômicas daquela região valorizada. O turismo, a gastronomia e o entretenimento ficam mais caros quanto mais próximos de regiões valorizadas. O aumento dos preços, ao restringir o acesso pela renda, contribui para uma maior segregação social na cidade. E, assim, a cobra come o próprio rabo na perversa dinâmica urbana do capitalismo contemporâneo.

O resultado disso é o fortalecimento do capital imobiliário. No caso do Brasil esse braço da economia vem se tornando cada vez mais importante, como já citado. Com generosos aportes do Estado, as grandes empresas do ramo financeirizaram parte importante de seu capital e mundializaram suas atividades. Vejamos uma pequena amostra de como isso tem se desdobrado internamente. De acordo com o índice Zap/Fipe do mercado imobiliário, São Paulo registra a seguinte alta no preço médio dos imóveis: entre 2008 e 2013 a alta foi de 195,2%. isto é, praticamente triplicou em 5 anos. O aluguel variou 95,1% no mesmo período, quase duplicando. No Rio de Janeiro, o aumento no preço dos imóveis chegou a 234,2% e no caso dos aluguéis foi de 131,1%. No caso brasileiro, é evidente que o fortalecimento do setor imobiliário não se restringe aos megaeventos:

Nunca antes neste país o capital imobiliário ganhou tanto em tão pouco tempo. A partir de linhas de crédito bilionárias, especialmente pelo BNDES, e de investimento direto de fundo público, via PAC e Minha Casa, Minha Vida, o governo tornou o setor da construção um dos pilares mais importantes do capitalismo brasileiro. As “Quatro irmãs” (Camargo Correa, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez) tiveram seu raio de ação internacionalizado para América Latina e África, com um “empurrãozinho” do BNDES e da política externa lulista. (BOULOS, 2014, p.97)

Esse processo que coincide com a consolidação do lulismo conta com uma característica bastante dúbia, típica desse período: medidas amplamente legitimadas pela ótica popular aliadas a uma extrema boa vontade para com o grande capital(SINGER, 2011). O programa *Minha Casa, Minha Vida* é uma das principais chaves para entender essa afirmação. Novamente Boulos:

O Minha Casa, Minha Vida, que se apresentou como alternativa de solução ao problema da moradia, tornou-se na verdade um novo fator da ampliação perversa das periferias. Na medida em que, pelas regras do Programa, as construtoras recebem um valor fixo para

viabilizar o empreendimento, independentemente do local, o efeito óbvio foi optarem pelos terrenos mais baratos, em regiões mais distantes. O Minha Casa, Minha Vida estimulou a especulação nas periferias metropolitanas, além de produzir imóveis de baixa qualidade e mal localizados. Este efeito expressa o fato de que não há solução possível ao problema da moradia sem um enfrentamento decidido ao capital imobiliário. (BOULOS, 2014, p.98)

Portanto, os megaeventos não são a origem do processo que empodera a especulação e a indústria da construção civil, mas antes são parte do movimento (mundializado) do capital de não sucumbir à crise econômica internacional, recorrendo à uma cada vez maior financeirização (que poupa gastos diretos com produção e trabalho) e a intervenções que tornem a cidade um espaço que facilite a realização de lucros privados. Nesse sentido, os megaeventos podem ser considerados verdadeiras “festas beneficentes”, nas quais quem paga, doa e não recebe praticamente nada em troca. O capital se beneficia e a maior parte da população paga o preço, antes, durante e, especialmente, após a realização dos megaeventos. Sua particularidade, entretanto, está na construção rápida de uma cidade com “padrões internacionais de consumo” que reforçam a segregação social, cindindo ainda mais a cidade e restringindo-a ainda mais aos trabalhadores mais pobres.

Não há motivos para sustentar uma coexistência abstrata entre um mundo moderno e um subdesenvolvido nas cidades brasileiras. Reforçamos as hipóteses de que o “atrasado” sustenta o “moderno”⁶. Mesmo dentro dos países “em desenvolvimento” como é o caso do Brasil, o capitalismo de ponta convive com e precisa de formas de exploração absolutamente sub-humanas e sem qualquer parâmetro nos direitos humanos. E, como já apontado, formas essas sempre garantidas pelo Estado, conforme seu papel na formação sócio-econômica do país. Os supracitados despejos no Brasil bem como outras diversas violações à dignidade humana em nome de maiores taxas de lucro são a explicação mais clara dessa afirmação.⁶ A intervenção direta do Estado brasileiro na economia nasceu e cresceu da própria condição de um capitalismo dependente e “subdesenvolvido”. Para a burguesia retardatária

6 Ela [a burguesia] não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento de modernidade. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. (FERNANDES, 2006, p. 240)

foi uma questão de sobrevivência assumir o controle das ações do Estado e fazer dele seu principal “balcão de negócios”, claro, sempre, com um braço armado (que pôde mostrar seu poder de fogo durante a Copa).

Entretanto, a produção de superlucros por meios de medidas anticíclicas e o vultoso investimento feito pelo Estado na produção dos megaventos tem um reverso significativo. Enquanto as construtoras adquiriram bancos de terras, adentraram em ramos como a petroquímica e a telefonia, tornando-se o braço forte da atividade capitalista brasileira (bancada como sempre pelo submisso Estado) milhões de trabalhadores urbanos são impactados diretamente pelas obras. Daí que o capital finalmente encontra seu *calcanhar de Aquiles*: os homens e mulheres que, teimosamente, resistem. A cidade que produz superlucros e, conseqüentemente um grau de miséria e barbárie que, para além de políticas sociais e de consenso, só podem ser contidos com repressão militarizada, produz também a resistência organizada, essa sim a principal ameaça para ordem do capital, na medida em que potencialmente oferece alternativas sociopolíticas para a “espécie de tecnologia de gestão de massas urbanas empobrecidas” que foi o que se tornou o governo democrático-popular dos últimos anos (Arantes, 2013).

As grandes manifestações que ocorreram no Brasil em junho e julho de 2013 apenas sinalizam a imensa desproporção de ganhos de nossa situação “emergente”. Logo após as “jornadas”, uma verdadeira onda de ocupações urbanas varreu a principal metrópole do país, que também é o carro chefe para os superlucros da construção civil/especulação imobiliária. Os protagonistas não eram mais jovens de classe média (proletarizados ou não), mas milhares de “subproletários”, trabalhadores extremamente precarizados, moradores da periferia de São Paulo que, em sua maioria, organizados por movimentos populares de luta por moradia, emergem no cenário urbano como atores de uma disputa urbana fundamental de nosso tempo (e de nossa história) que opõe o (neo) desenvolvimentismo à luta por dignidade, o que não pode ser feito, ao contrário do que propõe o lulismo, sem enfrentamento direto com o capital imobiliário.

O principal movimento popular urbano contra hegemônico, isto é, que representa um contraponto ao consenso lulista é o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Constituído no fim da década de 1990 a partir do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como uma ferramenta urbana da luta pela reforma agrária, o MTST cresceu e se

autonomizou. A dinâmica urbana, principalmente no que diz respeito às características dos trabalhadores da cidade e a bandeira da moradia forjaram um movimento combativo e alheio ao bojo conivente do governo democrático-popular petista. Ao se desenvolver justamente nas décadas em que o capital imobiliário também cresce como nunca e ter impresso em si a característica do trabalhador espoliado por esse processo, esse movimento empreende dezenas de ocupações de luta por moradia, aparentemente uma reivindicação dentro das possibilidades da realização da cidade do capital, mas sua prática demonstra o conflito insolúvel existente entre os interesses dos trabalhadores urbanos e os da cidade do capital, que transforma o espaço urbano em espaço estritamente de consumo e realização de valor⁷

Antes mesmo das grandes manifestações de rua de 2013, o MTST, juntamente com a Resistência Urbana organiza uma série de mobilizações que questionam a realização da Copa e dos megaeventos em geral: em abril de 2012, como parte da Jornada Nacional Contra os Crimes da Copa, o movimento ocupa as obras do estádio do Corinthians; em fevereiro de 2013 realiza grande ato em Embu das Artes, onde acontecia atividade com o ministro do esporte Aldo Rebelo; em junho de 2013, um dia antes da abertura da Copa das Confederações, nova jornada nacional da Resistência Urbana promove grande ato na Avenida Paulista (palco um dia antes de intensa repressão policial que mudou o cenário das manifestações) e travamento do Eixo Monumental, uma das principais vias de Brasília (que aliás resultou na prisão arbitrária de 5 militantes).

Do segundo semestre de 2013, até o fim do primeiro de 2014, o MTST realiza ao menos oito ocupações na capital paulista, a maior parte delas localizadas na região sul de São Paulo, que concentra regiões nobres como o bairro do Morumbi e bairros extremamente precarizados como é o caso do Jardim Ângela, passando por territórios que há poucos anos eram apenas bolsões de pobreza, mas que não resistiram à ânsia da especulação imobiliária, caso do Campo Limpo. Justamente nesses diferentes (mas iguais) cenários da cidade o MTST realizou suas ocupações. Destaco duas delas.

7 O MTST é um movimento com um projeto político que se coloca no campo anticapitalista (...) no enfrentamento com o capital e o Estado, reconhecidos como agentes da sociedade capitalista, o movimento se põe em uma posição de ataque às práticas mercadológicas e opressoras, compreendendo suas ações como parte de uma luta da classe trabalhadora, em parte representada no MTST. (GOULART, 2012, p. 218)

A primeira, “Faixa de Gaza”, não tem esse nome à toa: está situada num terreno que fica em uma região de mansões no bairro do Morumbi e ao mesmo tempo faz parte do complexo de favelas Paraisópolis, um gigantesco adensamento com cerca de 100 mil pessoas! A outra está mais ao sul do mapa: Jardim Ângela, um dos bairros mais precarizados da cidade no que diz respeito à infraestrutura urbana é endereço da maior ocupação urbana do país com cerca de 30 mil pessoas – a Vila Nova Palestina.

Mas é com a ocupação Copa do Povo, realizada a três quilômetros da Arena de Itaquera a menos de duas semanas do mundial, que o MTST contribuiu para colocar em cheque a hegemonia do capital imobiliário na cidade. Não só porque com sua pressão e força social adquiriu também força política a ponto de impor mudanças no Plano Diretor de São Paulo mas porque demonstra a potencialidade da organização dos trabalhadores urbanos periféricos, estes mesmos que constroem e são proscritos pela cidade do capital. A ocupação Copa do Povo abre a jornada de lutas “Copa sem Povo, tô na rua de novo!” organizada pela Resistência Urbana. As mobilizações feitas antes e durante a Copa do Mundo demonstram o protagonismo do movimento popular na atual conjuntura. Mostra-se com isso uma característica importante do atual momento: a descrença com relação à institucionalidade não significou resignação dos trabalhadores e sua disposição de lutar por direitos sociais aponta para uma maior polarização da sociedade de classes, quadro reforçado pelo resultado das últimas eleições, que demonstra um avanço do conservadorismo em resposta às recentes agitações populares.

A cidade que transforma tudo e todos em mercadoria recebe um grande reforço quando conquista a oportunidade de sediar um megaevento. Trouxemos alguns exemplos do Brasil, África do Sul e China, países que representam um alento para o capitalismo em crise. Em nosso caso, as metrópoles nasceram e se desenvolveram sob a lógica dependente das economias centrais e suas demandas. Nunca foi possível construir uma cidade para todos que nela vivem, mas antes para quem pode pagá-la. Os megaeventos refletem isso de maneira cristalina na medida em que demandam investimentos internos e proporcionam lucratividade aberta (às grandes empresas) e, dessa forma, agravam a segregação territorial e social com a ideia hermética de que tais eventos “trarão grandes legados para todos” Entretanto, ao desenvolver determinadas contradições, essa dinâmica forja um conflito cada vez mais agudo. Os altos preços, a continuada precari-

zação das relações de trabalho e assim das condições de vida por um lado, e a insuficiência óbvia das respostas do Estado para tais problemas, como por exemplo, com o Minha Casa Minha Vida do outro,⁸ apontam para uma crise social (se contarmos que a estabilidade econômica artificial que vivemos não se sustenta a longo prazo). Nesse sentido, os megaeventos são ao mesmo tempo um novo e grandioso passo para o capital, especialmente o imobiliário e uma nova página do conflito urbano que não pode ser resolvido com políticas públicas de contenção. Já se tornou exercício inútil denunciar os ganhos exorbitantes do capital, cada vez mais desnudados de suas pretensões vampirescas. Porém revela-se a possibilidade de, organizados, os reais enfrentamentos, como é o caso do que promove o MTST, ganharem não só notoriedade como importância política. Para esses movimentos surge a chance histórica dos trabalhadores urbanos, especialmente os que vivem nas periferias de grandes metrópoles, tornarem-se protagonistas para além da participação eleitoral. Nesse sentido, o avanço das lutas populares em defesa dos direitos sociais em conflito aberto contra o capital imobiliário e o Estado pode aparecer como o principal legado dos megaeventos no Brasil.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Pedro Fiori. Da (anti) reforma urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. 2013. Disponível em www.correiodacidadania.com.br
- BERLINCK, Manoel T. Marginalidade social e relações de classe em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BOULOS, Guilherme. Por que ocupamos? Scortecci: São Paulo, 2014.
- D'ANDREA, Tiarajú. Itaquera, muito além da Copa do Mundo. 2012. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1155>
- DANTAS, Tiago. Prefeitura libera 1,8 milhão e recebe terreno para obras em Itaquera. São Paulo, 13/09/13. Disponível em <http://copadomundo.com.br>

8 Segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional brasileiro aumentou de 5,5 milhões de unidades habitacionais em 2008 para quase 7 milhões em 2010: entre um ano e outro está o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida que até 2010 contratou 1 milhão de moradias. Não se trata de um erro matemático, mas do estrondoso fortalecimento da especulação imobiliária que proporcionou o aumento do déficit e se beneficiou com o programa federal.

uol.com.br/. Acesso em 01/04/2014.

ENGELS, Friederich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FIX, Mariana. São Paulo a cidade global. São Paulo: Boitempo, 2004.

GOULART, Debora. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Tese de doutorado Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2011.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Anablume, 2005.

KOWARICK, Lucio. A Espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: "Cidade, povo e poder". São Paulo: Cedec: Paz e Terra, 1977.

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. São Paulo, DP&A, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: Ruy Mauro Marini Vida e obra (Roberta Traspadini e João Pedro Stédile – orgs) São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "Questão Social". In: Revista Temporalis nº3. ABEPSS, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, Luiz. Urbanização e subdesenvolvimento. In: Urbanização e subdesenvolvimento. (Luiz Pereira org.) São Paulo: Zahar, 1973.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Editora 34, 2000.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo – Reforma gradual e pacto conservador. Companhia das Letras, São Paulo, 2011.

UVINHA, Ricardo Ricci. Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das olimpíadas da China. Motrivivência Ano XXI, No 32/33. Jun-Dez./2009

Sites consultados:

<http://base.d-p-h.info/es/fiches/dph/fiche-dph-8423.html> HIC (Habitat International Coalition). Acesso em 01/04/2014.

<http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,em-pequim-muitos-nao-comemoram-a-olimpiada-perderam-suas-casas,s-pequim2008,em-pequim-muitos-nao-comemoram-a-olimpiada-perderam-suas-casas,218883,0.htm>. Acesso em 25/03/14.

<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/maria-orland-pinassi-neodesenvolvimentismo-ou-luta-de-classes.html>. Acesso em 25/03/2014.

O Globo on line. Rio de Janeiro, 20 dez., 2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/> Acesso em 02/04/2014.

<http://raquelrolnik.wordpress.com>. Acesso em 28/03/14.

www.monitormercantil.com.br. Acesso em 26/03/14.

<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap/> Acesso em 26/03/14.

<http://www.portalpopulardacopa.org.br/> Acesso em 26/03/14.

* Guilherme Pereira é mestrando em Serviço Social na UFRJ.
<guisp7@gmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues
VICE-DIRETOR

Marcelo Braz
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Gabriela Maria Lema Icasuriaga
(ESS-UFRJ)
Rosemere Santos Maia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de
Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHSS-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi
Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil